



DEPARTAMENTO DE TAQUIGRAFIA, REVISÃO E REDAÇÃO

NÚCLEO DE REDAÇÃO FINAL EM COMISSÕES

TEXTO COM REDAÇÃO FINAL

Versão para registro histórico

Não passível de alteração

CPI - MÁFIA DO FUTEBOL			
EVENTO: Audiência Pública	REUNIÃO Nº: 0773/16	DATA: 05/07/2016	
LOCAL: Plenário 13 das Comissões	INÍCIO: 15h15min	TÉRMINO: 17h04min	PÁGINAS: 50

DEPOENTE/CONVIDADO - QUALIFICAÇÃO

MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Diretor-Geral da MCA Auditoria e Gerenciamento.

SUMÁRIO

Tomada de depoimento.

OBSERVAÇÕES

Há palavras ou expressões ininteligíveis.
Há oradores não identificados em breves intervenções.
Houve intervenções inaudíveis.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Senhoras e senhores, boa tarde.

Declaro aberta a 15ª Reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito da Máfia do Futebol. Informo que se encontram à disposição dos Srs. Parlamentares cópias da ata da 14ª Reunião e retificação da ata da 13ª Reunião.

Indago se há necessidade da leitura.

O SR. DEPUTADO GOULART - Sr. Presidente, solicito a dispensa da leitura da ata.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Dispensada a leitura, por solicitação do Deputado Goulart.

Em discussão a ata. (*Pausa.*)

Não havendo quem queira discuti-la, submeto à votação a ata da 14ª Reunião e a retificação da ata da 13ª Reunião.

Os Srs. Deputados que a aprovam permaneçam como se encontram. (*Pausa.*)

Aprovadas a retificação da ata da 13ª Reunião e a ata da 14ª Reunião.

Comunico aos Deputados a expedição de ofício desta Presidência, convocando pela segunda vez — ouçam bem: convocando —, na qualidade de investigado, o Sr. Ricardo Terra Teixeira para comparecer perante esta CPI no próximo dia 19 de julho do corrente ano.

Informo aos senhores o recebimento das seguintes correspondências: do Exmo. Senador Romário, Presidente da CPI do Futebol do Senado Federal, encaminhando explicação para a demora no compartilhamento do acervo probatório constante daquele inquérito parlamentar requerido por esta Comissão; do Sr. Fernando Márcio Queiroz, Presidente da Via Engenharia S.A., justificando sua ausência nesta reunião; do Sr. Marcos Joaquim Gonçalves Alves, advogado, solicitando a substituição do convidado Cristian Corsi, Diretor-Geral da Nike Brasil, pelo Sr. John Coburn, Presidente da Nike International Ltda.; da Confederação Brasileira de Futebol — CBF, acusando o recebimento dos Ofícios nºs 49, 59 e 105/16, que solicitam encaminhamento de documentos; do 1º Vice-Presidente da Câmara dos Deputados, no exercício da Presidência, Deputado Waldir Maranhão,



comunicando o arquivamento de correspondência enviada ao Presidente do Senado Federal.

Passamos à Ordem do Dia.

A presente reunião destina-se à deliberação de requerimentos e realização de audiência pública com a presença dos Srs. Fernando Márcio Queiroz, Presidente da Via Engenharia S.A., e Márcio Borges Castro Alves, Diretor-Geral da MCA Auditoria e Gerenciamento.

Esclareço, conforme informado no Expediente, que o Sr. Fernando Márcio Queiroz, Presidente da Via Engenharia S.A., justificou sua ausência. Nova data será agendada para a tomada de seu depoimento.

Convido a tomar assento à mesa o Sr. Márcio Borges Castro Alves. *(Pausa.)*

Após examinar o requerimento aprovado, esta Presidência registra que V.Sa. prestará seu depoimento na qualidade de testemunha e, nesse sentido, recaindo sobre a testemunha intimada a depor o dever de dizer a verdade, exorto V.Sa. a prestar o compromisso de fazê-lo sobre o que souber e lhe for perguntado.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Peço a atenção das senhoras e dos senhores para as normas estabelecidas no Regimento Interno da Casa.

O tempo concedido para o convocado será de até 20 minutos, prorrogáveis a juízo da Comissão, não podendo ser aparteado. Os Parlamentares interessados em interpelá-lo deverão inscrever-se previamente junto a esta Secretaria.

Concedo a palavra, por até 20 minutos, ao Sr. Márcio Borges Castro Alves.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Boa tarde, senhores.

É com muito prazer e com muita honra que eu recebo esse convite. Estamos aqui com a Dra. Juliana, minha colega de trabalho, para nos apoiar no que for necessário. Nós estamos aqui para contribuir com o que estiver ao nosso alcance. Quero salientar que eu sou um engenheiro. O meu conhecimento é um conhecimento técnico. Sou diretor e proprietário de uma empresa de consultoria. Nós temos 15 anos no mercado. Temos hoje um grupo de aproximadamente 400 profissionais. Basicamente, nossos clientes são da iniciativa privada. Os carros-



chefe de nossos contratantes são a Vale, antiga Vale do Rio Doce, e a Anglo American Mineradora. Nós temos um nível de faturamento na faixa de 40 a 50 milhões de reais por ano. O nosso trabalho se restringe única e exclusivamente à gestão de investimentos, gestão de projetos e obras. Nós não realizamos obras nem elaboramos projetos. Nós trabalhamos no limite de uma competência técnica da parte de desenvolvimento de projetos e investimentos. Só para completar, eu sou araxaense — mineiro, de Araxá. De nome, eu conheço quase todos os senhores. Dessa forma, eu me coloco à disposição para esclarecer o que estiver ao meu alcance e for do meu conhecimento, assim como já fizemos no juramento. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Sr. Márcio Borges Castro Alves, a sua empresa, a MCA, atua diretamente na área de auditoria?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Sim. Nós trabalhamos com tudo aquilo que envolve gestão de projetos, todo o ciclo da gestão: desde a ideia de se implantar um projeto até a conclusão, com a entrega das chaves do projeto. Como eu tenho um passado formado dentro das empresas de auditoria, das *big four*, das *big five*, eu tenho um conhecimento das ferramentas de auditoria. Nós criamos essa empresa baseados na nossa experiência com engenharia. Hoje eu tenho quase 40 anos de experiência na engenharia.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - O senhor tem conhecimento de um empréstimo no valor de 131,168 milhões junto ao BNDES pelo Programa ProCopa Arenas?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Temos. Eu tenho conhecimento. Nós trabalhamos no Clube Atlético Paranaense, na construção da Arena da Baixada, dando um apoio ao gerenciamento. O gerenciamento era realizado pela própria equipe do clube, e nós fizemos um apoio, demos braços a essa gestão do próprio clube. Sabíamos e tínhamos conhecimento do financiamento até onde nos cabia. Tínhamos conhecimento. Mas que existia o financiamento nós sabíamos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - O senhor sabe se esse financiamento será quitado pelo Clube Atlético Paranaense, pelo Estado ou contribuinte?



O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Sr. Presidente, eu não tenho conhecimento. Eu não tenho certeza. Não conheço detalhes do contrato e das garantias.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - O senhor entende que a construção e o posterior gerenciamento da Arena da Baixada, em Curitiba, deveria ser um exemplo para todos os demais e não sofrer um indício de superfaturamento ou até mesmo de desvios, como temos visto aí?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Sr. Presidente, nós fomos convidados a fazer uma proposta para dar um apoio na gestão. Então, assim que nós chegamos a Curitiba, já estava implantado o modelo de construção, de gestão e toda a estrutura de *funding* do projeto. Então, nós não participamos da estratégia da condução do projeto. O que nós vivenciamos... nós fizemos uma administração de contratos. Nós não entramos no mérito dos valores desses contratos. A Arena tinha uma estrutura de suprimento que fazia as contratações e discutia os valores. Nós simplesmente fazíamos uma administração desses contratos no que tange a avanço, cumprimento do contrato em termos de avanço físico, e controle financeiro. Agora, a maiores detalhes desses valores nós não tínhamos acesso. Então, para eu responder a sua pergunta com relação ao modelo implantado, se seria o ideal para os outros estádios, eu acho que eu não tenho conhecimento para responder isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - O senhor disse que a empresa MCA atua na área de auditoria?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Sim.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Como é que o senhor vê um aumento de mais de 40% no custo inicial dessa obra?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Sr. Presidente, no decorrer do projeto, houve algumas mudanças: melhorias, alguns detalhes que fizeram o aumento de capacidade. Nós temos uma grande relação do que culminou no aumento do custo, do *budget* desse projeto. Agora, como eu disse, eu sou diretor da empresa. Eu não tenho níveis de detalhes refinados para saber o que culminou, o que foi o divisor de águas do acréscimo de custo. Agora, eu estou à disposição de vocês. Eu tenho uma equipe técnica que me assessorou nesse projeto lá — e são



mais de 12 engenheiros — e que poderia estar à disposição para responder isso a vocês numa oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Essa dívida é pública ou é privada? No seu entendimento, deveria ser uma dívida pública ou uma dívida privada esse empréstimo de mais de 131 milhões junto ao BNDES?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Sr. Presidente, eu não tenho essa informação. Eu não gostaria de dar uma opinião pessoal a respeito disso. Nós temos tanta documentação em que se poderia verificar quem são os tomadores desse recurso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - O senhor fez um juramento que diz o seguinte: *“Faço, sob palavra de honra, a promessa de dizer a verdade do que souber e me for perguntado”*.

O senhor sabe ou não sabe?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, eu não sei. Eu não tenho conhecimento do contrato de financiamento. Não era escopo do nosso contrato ter acesso a essas linhas de financiamento, mesmo porque, em todos os relatórios de gestão de contrato, nós tínhamos a presença da Price, que era auditora. Ela, sim, fazia auditoria e encaminhava isso ao banco. Junto com o tomador de recurso, ela encaminhava os dados ao banco que financiava.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Neste momento, eu vou fazer uma última pergunta, porque quero passar a palavra aos Deputados inscritos, que também vão fazer questionamentos ao senhor.

Até aonde vai a responsabilidade da MCA Auditoria e Gerenciamento na construção do estádio Arena da Baixada?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Bom, o nosso contrato era para fornecer um apoio àquela gestão estabelecida ali, implantada ali. Então, igual eu disse no início, a responsabilidade pela gestão era do próprio Clube Atlético Paranaense. Nós fornecemos apoio na segurança do trabalho, apoio na administração dos contratos, apoio no acompanhamento físico dos projetos. Então, nós não tínhamos o poder da decisão. A decisão, a liderança, o comando eram todos do clube que nos contratou. Nós éramos os braços dele, não éramos o cérebro da estrutura, da condução do projeto. Então, nós não participamos de



gerenciamento. O gerenciamento era do próprio clube. Nós fomos um apoio, dada a nossa experiência em gestão de *capex* e gestão de *budget*, adquirida na iniciativa na iniciativa privada, nós fomos convidados a dar esse suporte técnico.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Que tipo de apoio seria? Desculpe-me, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu só gostaria que o nobre Deputado aguardasse só 1 minutinho. É que eu preciso passar, regimentalmente, a palavra para o Deputado Fernando Monteiro, que é Relator desta Comissão; na sequência, para o autor do requerimento, o Deputado Federal Delegado Edson Moreira. Na sequência, eu passarei a palavra aos Srs. Deputados que estão nesta Comissão.

Concedo a palavra ao Deputado Fernando Monteiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Prezados colegas, prezado Relator, Sr. Márcio Borges Castro Alves, boa tarde.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Boa tarde.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Eu tenho algumas dúvidas que eu queria tirar. O senhor acaba de falar aqui que não tinha gerenciamento sobre a obra da Arena, e a MCA é Auditoria e Gerenciamento. Seu contrato com a Baixada era só de auditoria ou era de auditoria e gerenciamento?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Deputado, o nosso contrato era um apoio ao gerenciamento. A questão da responsabilidade do gerenciamento não era nossa. Não era escopo do nosso trabalho. Nós dávamos um apoio. Esse apoio se estendia à questão de segurança do trabalho, segurança em função do dia a dia da obra mesmo, do acompanhamento; à questão do acompanhamento dos contratos, a evolução dos contratos, e também na parte de acompanhamento dos cronogramas. Isso, sim, era o apoio que eles nos contrataram: físico-financeiro.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - O senhor tem conhecimento de alguma irregularidade ocorrida na construção do Estádio Arena da Baixada, em Curitiba?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, não tenho conhecimento.



O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - O senhor, no que diz respeito à auditoria, apontaria alguma anomalia que pudesse prejudicar a aplicação dos recursos disponíveis a essa obra?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - O senhor se importaria de repetir a pergunta?

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - No que diz respeito à auditoria, o senhor acaba de explicar que foi feita uma auditoria e, vamos supor, um pré-gerenciamento ou um apoio ao gerenciamento. No que diz respeito à auditoria, a sua auditoria apontaria alguma anomalia que pudesse prejudicar a aplicação dos recursos disponíveis a essa obra?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não. Eu não tenho conhecimento. A nossa equipe também em momento algum fez algum comentário ou fez alguma indicação nesse sentido.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Presidente, eu agradeço. Qualquer coisa, eu posso voltar, em momento seguinte. Mas V.Exa. pode passar a palavra aos colegas.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu passo a palavra, então, ao autor do requerimento, Deputado Delegado Edson Moreira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Sr. Márcio Borges Castro Alves, o senhor é Engenheiro Civil e pós-graduado em Administração de *Marketing* pela FUMEC — Fundação Mineira de Educação e Cultura, com experiência profissional adquirida como Diretor de BRS — Business Risk Service — da Ernst & Young Consultores Associados, Construtora Pereira de Almeida, CIMCOP Engenharia e Construções, Engesolo Engenharia e SAMARCO Mineração S.A. Possui experiência em gerenciamento de projetos, auditoria e construção de vários empreendimentos. É sócio-proprietário da MCA e responsável pela gestão da empresa. É isso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Como se deu a negociação da reforma da Arena da Baixada no Paraná e por que foi negociada diretamente com o Clube Atlético Paranaense?



O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Deputado, eu falei no início: nós fomos convidados a apresentar uma proposta. A indicação, pelo que me consta, foi de Conselheiros do clube, que nos indicaram. Conselheiros tiveram alguma referência nossa nas grandes empresas de Minas, nas mineradoras, na FIAT, na UNIMED, que são nossos clientes e onde tinha obras de grande vulto e de grande similaridade às da Arena da Baixada naquele momento. Então, o processo de contratação a que nós nos submetemos eu não sei precisar se foi... Recebemos um convite e apresentamos uma proposta. Não sei se precisar quantos concorrentes tinham, o que tinham, ou algo mais do certame. Foi uma carta-convite simples, de iniciativa privada, e apresentamos uma proposta também técnica e comercial. E fomos, ganhamos o contrato, única e exclusivamente por competitividade financeira e técnica também, obviamente.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Penso que, já foi o modelo de convite, seria possível V.Sa. falar um pouco sobre esse processo licitatório para nós? Como foi o processo licitatório para adquirir essa obra da Arena? Foi só o modelo de convite, de cartas-convite? V.Sa. ganhou pelo melhor preço? Como foi o sistema?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, eu não tenho conhecimento se seguiu algum decreto de lei, a Lei 8.666 ou alguma coisa. Foi feito nos padrões da iniciativa privada: o próprio clube que nos contratou. Não sei se respondi a sua pergunta.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O processo licitatório tem vários modelos de licitação e dentre eles há a carta-convite. V.Sa. falou que foi através de carta-convite.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Através de carta-convite.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - E como foram essas cartas-convite?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, a carta-convite tinha o escopo de compra, o que estava no mercado, colocado no mercado o escopo da contratação...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Foi o melhor preço?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Foi o melhor preço.



O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Melhor preço?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Melhor preço.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - À época, todas as obras tiveram a necessidade de ser acompanhadas por órgãos fiscalizadores. Quais os órgãos oficiais que estavam presentes para efetuarem o poder de fiscalização na Arena da Baixada? V.Sa. sabe?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, eu não sei precisar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Então não teve fiscalização lá, teve?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Teve! Foi o que eu falei: do próprio clube. Ele montou uma equipe própria...

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O clube era o interessado. Como é que ele poderia fiscalizar a obra?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Ele contou com recursos, ele montou uma estrutura de fiscalização com profissionais do mercado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Bom, isso não é certo, não é?

O custo das novas arenas foi de 8 bilhões, financiados 4 bilhões pelo BNDES e pela Caixa Econômica Federal. Qual foi o montante financiado pelo BNDES e qual o montante pela Caixa Econômica Federal para a reforma da Arena? Houve um sobrepreço depois ou estou enganado?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, Deputado, eu não tenho conhecimento exatamente desses valores. Foi o que eu disse: os contratos de financiamento não foram abertos para nós; não era o nosso escopo de trabalho verificar esses contratos de financiamento, assim como não prestar contas também para esses órgãos financiadores, porque tinha o papel da auditoria financeira, que é a Price, Waterhouse and Coopers, porque ela era a responsável. Inclusive, nós passávamos informações, para que pudesse completar esse relatório, que era encaminhado ao Banco por essa empresa específica de auditoria financeira.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - O restante dos recursos foi aportado por agentes privados ou governos estaduais. Também sei que não houve a participação do Governo Federal. Por isso, quero saber qual a



participação dos agentes privados nessa construção? Qual o montante aportado? V.Sa. pode nominá-los? E, se não pode, há contrato de sigilo ou não?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Existe um contrato de sigilo nosso com o clube, mas eu não sei te responder com precisão essa... Não sei te responder, não tenho conhecimento sobre esse financiamento privado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Se o ônus é todo do ente privado, o custo de construção das novas arenas sofreu um acréscimo, assim como o preço do imóvel influenciou, os contratos de financiamento elevaram o sobrepreço. Ou estou errado?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Eu não tenho conhecimento, Deputado.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Agora, se foi o preço do imóvel, a Arena não é particular? Foi o Clube Atlético Paranaense que financiou toda a obra? Não é isso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Estou confirmando: eu não tenho conhecimento dos financiamentos, mas eu posso te afirmar que houve um financiamento do BNDES, de que nós participávamos, dando informação para a empresa de auditoria específica do contrato com o BNDES.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Houve mudanças no projeto de engenharia que elevaram os custos de alguns estádios, e a Arena da Baixada teve o seu custo elevado. Qual foi esse percentual, uma vez que a mídia relatava os aumentos entre 63% e 82% dos custos da Arena da Baixada? Isso é correto ou não?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não tenho conhecimento. É o que eu disse: eu posso passar para vocês e disponibilizar, através da nossa equipe técnica, quais foram os itens que distorceram com relação ao orçamento preliminar.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Isso é importante...

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Tá?

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - ... para o Relator ter até uma base.

E a última pergunta, para encerrar, Sr. Presidente, para não ser cansativo: várias sedes tiveram obstáculos para construir os estádios, e a Arena não ficou de



fora. Após meses de impasse, a prefeitura conseguiu aprovar uma lei que garantiu um repasse de 90 milhões ao Atlético Clube Paranaense, por meio de títulos de potencial construtivo, que dá ao proprietário de um imóvel o direito de exceder os limites de construção fixados pela legislação municipal. O dinheiro foi usado para adequar a Arena da Baixada em sua totalidade?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO DELEGADO EDSON MOREIRA - Veja bem: V.Sa. construiu um estádio, e as perguntas não foram respondidas a contento.

Sr. Presidente, muito obrigado. Era só isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Sr. Márcio Borges Castro Alves, Diretor-Geral da MCA Auditoria e Gerenciamento, V.Sa. se compromete perante esta CPI a entregar toda a documentação solicitada por esta Comissão?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Presidente, a documentação relacionada ao nosso contrato e a documentação que nós tivermos em nosso poder nós vamos disponibilizar. Caso... Isso aí... Nós precisaríamos também... Em função do sigilo, nós precisamos comunicar ao clube.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - O sigilo será mantido por esta CPI. Isso é regimental, é legal, é embasado em lei. Então, V.Sa. não precisa se preocupar em relação a esta CPI manter esse sigilo. Ele será mantido.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, não estou falando... Não diz respeito ao sigilo da CPI, mas à relação da minha empresa com a CPI. Eu tenho que comunicar ao clube e confirmar se eu posso disponibilizar essa documentação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - V.Sa. tem conhecimento de que o orçamento inicial da obra era de 184,5 milhões e terminou em 265 milhões de reais, aproximadamente 42% a mais do que o custo inicial previsto? V.Sa. tem conhecimento disso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Tenho conhecimento. É o que eu disse: eu tenho conhecimento. Eu não tenho conhecimento dos detalhes que proporcionaram esse desvio de meta. Para isso, eu precisaria de um estudo técnico, para justificar, dentro do nosso conhecimento, o que provocou todo esse desvio de orçamento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - O que V.Sa. quer dizer especificamente com desvio de meta e desvio de orçamento?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não! Quando o senhor implanta ou vai implantar um projeto, você tem as suas metas e suas premissas. Então, você tem meta de prazo, meta de orçamento, meta de... Tudo aquilo que envolve um empreendimento. Então, no que diz respeito... O senhor está me dizendo que, no que diz respeito ao orçamento, houve um desvio de meta de 165 para 200...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Não, de 184,5 milhões para 265 milhões de reais, o que dá, aproximadamente, 42% a mais do que o custo inicial previsto.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, eu tenho conhecimento, tenho conhecimento desse desvio, desse... Vamos chamar, desse, é... Desse over preço, sobrepreço na construção, mas tudo isso eu tenho... Eu posso conseguir com a nossa equipe o que foi que provocou isso.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Era construção ou reforma? Construção, não é?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Só para complementar: V.Sa. disse que tem conhecimento do desvio?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Do aumento. Eu não falei desvio. Do aumento...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - V.Sa. disse: "do desvio". Todos nós ouvimos.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Desvio de metas, alteraram as metas.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Era construção ou reforma?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Para a construção ou para reforma?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Construção. O estádio foi... É um novo estádio.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Então, a lei estabelece só 25% de aditivo de aumento.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Vou pedir aos Srs. Deputados... Aliás, eu já vou passar a palavra aos Srs. Deputados, pedindo para que V.Exas. façam as perguntas ao microfone, uma vez que nós estamos ao vivo sendo vistos pelo mundo inteiro, através da Internet, pelos canais de comunicação, e para que possamos registrar oficialmente as perguntas.

Eu quero passar a palavra, então, para o primeiro inscrito, o Deputado Major Olímpio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Deputados, nosso depoente, sobre a carta-convite que foi feita a V.Sa.: a origem dela foi qual? Foi feita pelo clube?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Perfeito, foi o clube.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - V.Sa. ou a empresa tinha algum relacionamento de ordem pessoal com dirigentes do clube?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Nenhuma.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Quantas empresas participaram desse certame?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não tenho conhecimento, Deputado. Não sei.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - V.Sa. poderia dizer qual foi o preço que V.Sa. deu, para o critério de menor preço neste processo?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Só um minuto, posso consultar aqui. *(Pausa.)* O primeiro foi esse aqui. Nós... O primeiro contrato... Porque nós ficamos 2 anos, 1 ano e meio lá no clube. Então, o primeiro contrato nosso foi de 908 mil reais.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - De 908 mil reais. E, posteriormente, houve um novo contrato?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Houve um TAC, em função da... Teve um TAC, em 2014. Em função da prorrogação dos prazos da obra, nós tivemos que fazer um aditamento de prazo e de custo também.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - E foi para quanto o custo?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Foi para... Foi um aditivo de 178 mil.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então, a empresa de V.Sa. ganhou com o contrato todo por volta de 1 milhão e 100 mil reais?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Sim.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Esse foi o valor que V.Sas. ganharam?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não. O nosso valor... Porque nós fechamos o nosso... No final de 1 ano e meio de trabalho lá, nós faturamos um total perto de 3 milhões de reais.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Três milhões de reais.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Isso.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então, foi quase 200% do valor inicial do contrato que V.Sa. fez? Então, V.Sa. não estranha terem sido acrescidos tantos valores em relação ao valor inicial da obra. A própria atividade de V.Sa. já foi quase três vezes o valor do contratado inicialmente?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - O nosso contrato, sim. Os outros eu desconheço.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - A arena foi orçada inicialmente em 184,5 milhões. Portanto, Sr. Presidente, a esse valor que V.Exa. falou, de 265 milhões, já há uma revisão de valores atualizados que dá conta de 346 milhões. Isso dá 88% do valor orçado... Aliás, foram 391 milhões; 391 milhões de reais é o valor atualizado.

V.Sa. disse que não participou, dentro do projeto inicial, da estratégia e não executa obra. V.Sa. falou em administração. O que foi realizado de concreto pela empresa de V.Sa. dentro desse processo?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - O nosso projeto... O nosso contrato dizia respeito à administração dos demais contratos. Então, nós recebíamos os quantitativos das obras passados pela arquitetura. Recebíamos as planilhas, já fechado o contrato da área de suprimento do clube. Então, nós fazíamos todo o acompanhamento disso no campo; o cumprimento desses contratos. E fazíamos também o acompanhamento da performance dessas construtoras contratadas. Agora, o processo de contratação dessas construtoras, das instaladoras, dos fornecedores era toda uma estratégia do clube a partir do seu departamento de



suprimento e de compras. Nós não participávamos disso. E todos os relatórios emitidos pelas auditorias — auditorias da FIFA, auditorias dos órgãos de financiamento — eram feitos pela Price, que usava de informação que nós passávamos para eles. Essas informações eram informações precisas do andamento da obra.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - O senhor, em nenhum momento, estranhou essa majoração de custos da obra ou cobrou aqueles que estavam efetivando os serviços ou orientou o clube, ou quem tivesse a responsabilidade em relação a isso, a essa majoração exponencial de custos, que iniciou em 184 milhões e está atualizada em 391 milhões?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Deputado, isso não era escopo do nosso trabalho, esse tipo de crítica, esse tipo de análise.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Deputado, só para colaborar com sua pergunta: a Price foi contratada para fazer o gerenciamento do consórcio?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, ela foi contratada para fazer auditoria em atendimento aos órgãos de financiamento...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - E a Price subcontratou o senhor, a empresa?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, não. O clube nos contratou para dar esse apoio nessas verificações de campo, nessas verificações de contratos, para que as decisões fossem tomadas.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - A assinatura das planilhas de custo ou de pagamento de serviço prestado à obra era liberada pela Price ou era liberada pela MCA? Porque alguém tem que ser responsável pela obra, pelo recurso.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - É, essa foi a pergunta do Presidente.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - E o banco só paga se tiver o aval dessas consultorias independentes.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Sim. Nesse processo, tinha a equipe própria do clube que fazia essas medições.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Não pode.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Existia o...



O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O BNDES não aceita.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu vou perguntar ao Deputado Roberto Góes: V.Exa. gostaria de se inscrever? Por favor.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Eu quero só comentar aqui: a Price... quem contratava a Price? Era o BNDES? A FIFA contratava a Price?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, a Price foi contratada pelo clube também.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Pelo clube, pelo BNDES e pela FIFA, ou não?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não. Contratada?

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sim.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, ela foi contratada pelo clube. Por uma exigência de ter uma auditoria externa, o clube fez uma... Eu não tenho conhecimento também, mas ele deve ter feito uma concorrência, e a Price foi contemplada com o contrato de auditoria.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - O senhor sabe dizer se a FIFA, em algum momento, pediu essa auditoria, ou o senhor não tem informação sobre isso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não. Não tenho conhecimento.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - No contrato, quais eram as responsabilidades da empresa do senhor? Porque eu não consegui entender ainda. O senhor mesmo afirmou que não participou do projeto inicial, não participou da estratégia, não fazia logicamente nenhuma obra ou subcontratação.

Eu queria que se o senhor pudesse exemplificar qual era o papel da empresa do senhor que foi objeto de um contrato inicialmente de 908 mil, depois, acrescidos no contrato mais 178 mil e, no final da atividade do senhor, o senhor recebeu 3 milhões de reais, quase três vezes o valor inicialmente contratado. *(Pausa.)*

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Deputado, respondendo a pergunta, nós éramos... Nós fomos contratados para fazer uma consultoria de engenharia. Nós éramos... nós atuávamos, ao longo do desenvolvimento do empreendimento, fazendo a administração dos contratos dos fornecedores, das instaladoras, no que diz respeito a planejamento físico-financeiro e também



apoiando o gerenciamento realizado pelo próprio Atlético Paranaense. Então, nós fazíamos um suporte técnico, dando apoio ao gerenciamento realizado pelo próprio clube. Todas as informações geradas eram consolidadas para a nossa equipe, em forma de relatórios, e repassado isso à equipe do clube. E essas informações eram utilizadas para a administração financeira do clube...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Eram relatórios de...?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - De acompanhamento.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - De acompanhamento de obra?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - De acompanhamento de contrato.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - E a liberação dos recursos era feita mediante esse relatório que a sua empresa apresentava?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - De avanço físico e financeiro...
A liberação de recursos era em função do relatório que a própria equipe do Atlético Paranaense realizava. Eles tinham uma equipe própria.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Mas, o senhor não realizava esse relatório?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - A empresa do senhor não realizava relatório?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não. Nós consolidávamos as informações, e a equipe do clube é que fazia os relatórios de gerenciamento.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então, contratualmente, o senhor não tinha a responsabilidade de acompanhamento de cronograma, de valores, nem nada, na empresa do senhor?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, tínhamos. Esta era a responsabilidade nossa: olhar o planejamento da obra e acompanhar o planejamento. Do avanço físico da obra, nós fazíamos um acompanhamento.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Mas quem elaborava esses relatórios? Era o clube ou o senhor?



O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Nós consolidávamos esses dados, e os relatórios que eram encaminhados para as esferas acima, as esferas do...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - E essa consolidação, essa mensuração, o senhor tinha lá engenheiros, administradores?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Isso é de campo.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Como é que se fazia essa mensuração mensal?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Nós tínhamos uma equipe de acompanhamento que fazia todos os indicadores da obra. E esses indicadores eram em relação aos marcos contratuais, em relação aos indicadores de segurança da obra, indicadores relacionados aos custos das obras, fazíamos um acompanhamento desses custos e de...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Quantos profissionais o senhor tinha para fazer isso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Nós tínhamos... No pique da obra, vamos falar assim, no auge do desembolso da obra, nós tínhamos uns 12 profissionais na obra.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Quantos?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Doze.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Doze profissionais?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - É. E tínhamos uma equipe também de *back office*, uma equipe de retaguarda, em nosso escritório central, que dava apoio ali também.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Houve, em algum momento, a contestação dessas planilhas do senhor ou da empresa em relação àqueles que estavam prestando serviço sobre o andamento da obra, o cronograma dela, o desembolso financeiro ou essa majoração de custo que foi acontecendo?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não. Não houve... Isso não era escopo nosso.



O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - E era escopo de quem, dentro desse processo, já que o senhor era o gerenciador do contrato? Quem tinha essa responsabilidade?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Deputado, nós éramos um apoio ao gerenciamento. A responsabilidade do gerenciamento da obra não era nossa. Nós dávamos um apoio.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Mas, quem tinha essa responsabilidade?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - O próprio clube é que fazia esses controles. O próprio clube.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Então, em nenhum momento, era responsabilidade do senhor ou da empresa sequer alertar sobre essa questão de majoração de custos ou de aumento dos valores?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, não era escopo nosso.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLIMPIO - Não era?

Obrigado, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Passo a palavra agora ao nobre Deputado Arnaldo Jordy.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. convidado Márcio Castro Alves, Sras. e Srs. Deputados membros desta CPI, eu vou apenas, para efeito pedagógico, reeditar o que V.Exa. já deixou pontuado.

O senhor está aqui sob juramento e tem compromisso com a verdade. E eu vou ser muito franco: pelo que eu assisti e ouvi até agora, o senhor não sabe de nada, não tem informação de nada e o senhor não sabe nem o que a sua empresa fazia. Essa é a impressão que nós temos aqui.

Nós estamos conversando aqui um pouco, e a impressão que o senhor nos passa é que o senhor foi contratado por 3 milhões de reais apenas para avaliar o que o Atlético e a Price fizeram. O senhor nem tem noção... Eu estou sendo muito franco. O senhor não conseguiu responder o que o senhor fazia. O senhor teve que ler aí num papel, porque alguém deve ter escrito o que o senhor fazia, o que a sua empresa fazia. O senhor ficou em silêncio durante algum tempo e depois baixou a cabeça lendo, para responder o que o senhor fazia.



Qual era a missão da sua empresa nessa empreitada toda? O senhor não tem segurança disso! O senhor titubeou, gaguejou, baixou a cabeça, leu. Eu não quero aqui ofendê-lo, nada disso. Eu estou sendo absolutamente franco na minha impressão, está certo?

É inacreditável o que está acontecendo com essas obras! Nós aqui aprovamos o RDC, que era para dispensar o processo licitatório, aparentemente para facilitar a agilidade, a *expertise*, a eficiência, a logística, e tudo o mais. Nada disso funcionou. Uma obra que estava avaliada em 184 milhões foi para quase 400, 300 e poucos milhões. E a Price fazia toda a avaliação contratual dos serviços, das propostas, daquilo que foi executado, das etapas, até porque o BNDES assim o exige. O Atlético, segundo as suas palavras, fazia a outra parte. E, repito, a sua empresa fazia o quê? Os relatórios estão confirmando tudo isso. E o senhor ganhou 3 milhões para fazer isso!

Então, a impressão que nos dá é que a sua empresa foi contratada simplesmente para ser uma avalista disso tudo que estava sendo feito, e recebeu 3 milhões, com 12 funcionários. *(Pausa.)* Então, veja bem. Se a sua empresa tinha que atestar tudo isso, Sr. Márcio... O senhor é engenheiro, pode... Quantos anos a sua empresa tem no mercado, fazendo isso, que o senhor mal sabe dizer o que é?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - A minha empresa tem 15 anos.

O SR. DEPUTADO ARNALDO JORDY - Quinze anos. Então, veja bem, uma empresa que gerencia a construção da Arena da Baixada... É isso o que a sua empresa fazia? Ela gerenciava essas operações? É impossível que o senhor não tenha noção — e o senhor me desculpe a franqueza mais uma vez — de uma obra que iniciou com 184 milhões e foi para quase 100% a mais, que o senhor não tenha noção do que foi, quais foram as razões, o que foi alegado, se o senhor tinha que atestar as etapas de entrega.

Portanto, as dificuldades que justificaram esses aditivos, acima de qualquer razoabilidade, o senhor não pode desconhecer! É impossível, Sr. Márcio, o senhor desconhecer! O senhor está aqui sob juramento! O senhor tem que nos dizer alguma coisa, ainda que seja empiricamente, ainda que seja dizer: *“Olha, eu ouvi falar que foi isso, ou aquilo ou aquilo outro”*. Mas o senhor vir aqui dizer que não sabe de nada, que não tem a menor noção desse escândalo brasileiro! O senhor me



desculpe, mas o senhor nos está fazendo de bobos aqui, ou está tentando fazer-nos de bobos.

O senhor dizer que não tem noção nenhuma de como é que uma obra sai de 184 milhões para mais de 300 milhões e o senhor não tem noção do que é isso? Quase 400 milhões, aliás, segundo os dados atualizados trazidos pelo *(ininteligível)*. E o senhor não tem noção de nada! E o que é que o senhor fazia? *“Não, eu fazia os relatórios atestando as etapas, se os contratos estavam o.k., se foi financiado, se não foi, se a plataforma tal estava de acordo, foi gasto o que tinha sido justificado gastar.”* E o senhor não tem noção de por que houve essa explosão de previsão?

O senhor tem que respeitar esta CPI. O senhor pode ser reconvocato aqui, inclusive para acareações com o Atlético, com a Price, para saber onde está o tamanho desse conluio, porque alguma explicação a sociedade brasileira merece. O erário brasileiro, que paga essa conta cara, precisa de uma explicação, e nós vamos dar a explicação à sociedade brasileira. Nossa missão aqui é essa! Então, não adianta aqui o cinismo, a tergiversação. Nós vamos a fundo nisso.

Eu mesmo quero aproveitar aqui e formalizar já oralmente, Sr. Presidente. Eu não vou fazer pergunta nenhuma, porque eu já sei a sua resposta para as minhas perguntas. Eu tenho aqui oito perguntas para lhe fazer, e não vou fazê-las. Recusome a fazê-las, porque já sei a sua resposta. O senhor não sabe de nada, o senhor não tem informação de nada, o senhor não tem noção sequer de coisa alguma. E eu não vou aqui ratificar esse faz de conta, essa brincadeira em que nós estamos aqui ouvindo o senhor. Inclusive, eu quero registrar o desrespeito que o senhor está tendo com esta CPI.

Então, eu queria, Sr. Presidente, ratificar o pedido de V.Exa. para que fossem disponibilizados todos os documentos, para que nós pudéssemos também recorrer aos órgãos que estão investigando essa situação e solicitar a cópia dos documentos sob o compromisso do sigilo. E sugiro, Sr. Presidente, que nós possamos trazer aqui a direção do Atlético, da Price e do BNDES para fazer uma acareação com o Sr. Márcio Borges Castro Alves.

Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Sr. Deputado Arnaldo Jordy, as suas colocações estão sendo aceitas por esta Presidência. Apenas solicito



que o senhor faça o requerimento por escrito, para que possamos validá-lo. Mas, embora tenha sido feito de maneira oral, de maneira falada, o seu encaminhamento já está aceito, bastando apenas que V.Exa. o faça por escrito.

E devo lembrar ao Sr. Márcio Borges Castro Alves que o seu depoimento aqui é na qualidade de testemunha. O senhor tem responsabilidades perante as suas respostas aqui. O senhor está aqui sob juramento.

Eu passo a palavra agora ao Deputado João Derly, autor do requerimento que criou esta CPI e que tem também considerações e perguntas a fazer.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Obrigado, Sr. Presidente, Sr. Márcio Borges.

Eu compartilho um pouco a indignação com o Deputado Arnaldo Jordy. Também me sinto um pouco comprometido nessas questões. Mas acho que seria importante sabermos quem teria o acesso aos valores, Sr. Márcio, já que o senhor disse que não sabe dos contratos, não sabe dos valores, não sabe do que aconteceu realmente. Então, quem teria acesso a esses valores? Quem nós poderíamos consultar, já que a sua empresa praticamente avalizou dados consolidados? E esses dados vieram de quem? Quem prestou esses dados para os senhores? Os senhores também fizeram contrato com o Beira-Rio?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Deputado, primeiramente, como o Presidente disse, nós estamos sob juramento de falar a verdade. Em momento algum, nós nos estamos furtando à verdade! E eu tenho hoje na nossa empresa simultaneamente 40, 50 contratos rodando. Então, eu não tenho condição de saber detalhes do que foi exatamente cada contrato gerido ou gerenciado ou administrado pela nossa equipe que está no projeto. Colocamos à disposição a minha equipe técnica para participar, fazer... atender à CPI com informações que dizem respeito a essas indagações e a essas dúvidas. Em momento algum, eu estou me furtando a dar informação. Mas, da forma que... em juramento à verdade, eu tenho que saber aquilo que eu sei para falar. Então, diferente disso, eu não posso dizer. Nós tivemos um trabalho de auditoria no Internacional, no Beira-Rio, contratado pela concessionária. A concessionária contratou-nos para fazer uma auditoria do andamento do projeto. E, de lá, os nossos relatórios iam para a FIFA e iam para o BNDES. Lá, era escopo nosso, diferentemente...



O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Lá, então, o senhor tinha noção do que acontecia. Nós poderemos saber isso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, doutor, a nossa equipe, a minha empresa, tem noção. Eu não posso falar por todos os funcionários que eu tenho. Hoje eu tenho mais de 400 engenheiros trabalhando conosco. Eu não sei detalhes de todos os contratos nossos. Agora, com relação...

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Dos contratos da sua empresa, o único que deu problema foi o da Arena da Baixada?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, não deu problema. Nós concluímos o trabalho, demoramos um pouco para receber, mas recebemos tudo. Não tinha problema, não. Do que me consta, não. Eu estou aqui com vocês tentando contribuir de alguma forma. Não tivemos problema lá.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Houve suplementação no Beira-Rio assim como na Arena da Baixada? Um contrato inicial de 900 mil para sua empresa e, no final, de 3 milhões?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, não, não houve, porque o escopo foi mais bem definido, o prazo estava mais bem definido, o modelo era diferente de trabalho. O nosso trabalho aqui com o Atlético Paranaense era uma mão de obra alocada, então: *“Vamos colocar mais dois engenheiros para acompanhar isso. Vamos mudar. Vai ter um reforço estrutural no estádio. Então, vamos colocar pessoas especialistas nessa área.”* Então, houve, dentro do nosso contrato, tipo um *self-service* de... Então, teve uma demanda maior, uma solicitação maior dentro do contrato, diferente lá do Beira-Rio. O Beira-Rio... Eu também não estou preparado para responder sobre o Beira-Rio. Gostaria até de... Também não é pauta aqui falar sobre o Beira-Rio.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Tem mais algum estádio?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - O Beira-Rio e a Arena?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - E a Arena, que nós trabalhamos.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - E os dados consolidados vieram de quem, que vocês assinaram da Arena da Baixada?



O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Da Arena, é o seguinte, é o que eu falei: não veio da... nós ajudávamos a equipe própria do clube a levantar, a fiscalizar esses dados de campo. Esses dados consolidados... eram passadas as informações para os órgãos de fomento, os órgãos financiadores, e eram auditados pela Price. Ela é que validava esses dados. Nós passávamos, nós éramos os facilitadores de passagem desses dados, junto com a equipe do Atlético Paranaense. Não sei se você entendeu essa questão de mão de obra alocada: disponibilizavam-se recursos específicos para completar a equipe de gestão do próprio clube e trabalhos específicos dentro dessa alocação dessa mão de obra.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - O senhor poderia especificar como é que esse trabalho era feito? Participação por participação aí, da sua empresa, do clube?

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O senhor alocava mão de obra para a obra?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - O senhor contratava?

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O senhor alocava mão de obra (*ininteligível*)?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Eu alocava mão de obra...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O seu serviço, então, não era consultoria do gerenciamento do projeto grande, do financiamento da obra? O senhor era uma empresa contratada para fornecer mão de obra técnica, para fazer...?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - ...para fazer o acompanhamento da obra? É isso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não. Tinha um escopo bem definido, com início, meio e fim.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Esse escopo, pode nos passar, juntamente com o do Beira-Rio?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Esse escopo era um apoio ao gerenciamento. Quando se fala "apoio", eu estou dando apoio a alguém. Então, o alguém era o clube. E esse apoio tinha uma característica que era, com o



andamento da obra, você dava mais ou menos em determinadas áreas específicas, em áreas técnicas. Então, ora você dava um apoio na questão da segurança, ora você dava no planejamento, ora você dava na questão do orçamento. Então, você dava, ali, recursos.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - O apoio é validar o que era passado.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, nós buscávamos, elaborávamos esses dados de campo, trabalhávamos esses dados...

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - E participava da elaboração, então?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Da elaboração, sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Efetivamente?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - É.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - A sua empresa foi contratada por qual valor, para realizar o trabalho? O valor inicial foi de quanto?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Novecentos e oito. *(Pausa.)* Eu vou confirmar, porque quero dar uma informação bem precisa aqui. Nós começamos com... O primeiro contrato foi de 908 mil reais.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Esse foi o primeiro contrato?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Foi.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Novecentos e oito mil?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Terminou em quanto?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - O nosso último... o nosso valor acumulado final foi de...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Presidente, ele falou num aditivo de mais 178 mil, com recebimento final de 3 milhões. Foi isso o que o senhor me disse.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Três milhões e duzentos. Isso.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Três e duzentos?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Isso.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - O início foi com 908 mil e o término com 3 milhões e 200 mil, é isso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - É. Três milhões e duzentos.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Três milhões e duzentos mil reais. Quanto tempo de trabalho?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - É... Nós começamos em 2013 e fomos até 2014.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Mas, quantos meses? O senhor pode ter começado no último mês de 2013 e terminado no primeiro mês de 2014.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, nós fomos... Nós começamos em fevereiro de 2013 e terminamos o nosso trabalho em julho de 2014. Logo no início dos jogos da Copa, nós saímos.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Foi porque finalizou o trabalho?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Finalizou o trabalho.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Deputado João Derly, mais alguma colocação, mais algum questionamento?

O SR. DEPUTADO JOÃO DERLY - Por enquanto, não, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Eu passo, então, a palavra ao nobre Deputado Roberto Góes, o quarto inscrito, na sequência. Aos Deputados Evandro Roman, João Rodrigues e mais algum que queira fazer uso da palavra também as inscrições permanecem abertas.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Sr. Presidente, quero primeiro agradecer a presença do Dr. Márcio Borges aqui na nossa Comissão.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Sempre às ordens, Deputado.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Sei que ele está tendo uma dificuldade para responder. Dr. Márcio, nós temos um pouco de conhecimento da questão de gestão pública. Esse contrato para a construção da Arena foi um contrato firmado com o BNDES, com recursos do BNDES. E aqui nós temos três gerenciamentos desse contrato. Além da empresa construtora, foi contratado um consórcio para a construção... Aqui aparecem, pelo menos aqui na CPI, Presidente, nobre Relator, três empresas gerenciando esse contrato. Eu não acredito que o BNDES reconheça o clube como empresa de consultoria e de monitoramento da obra, porque ela não faz parte. A obra, sim, é dela, mas ela não pode gerenciar



recurso de onde ela emprestou, né? Eu penso dessa forma. Então, ficam a MCA e a Price.

Pelo montante da obra que é apresentado, que começou com 180 milhões e terminou com quase 400, o valor que o senhor recebeu como consultoria é muito pouco. Quem deve ter recebido muito recurso deve ter sido a Price, e não sabemos o valor desse contrato, porque o que o senhor recebeu não chega a 0,50 do primeiro contrato. Então, 908... Aparentemente é grande, pelo serviço que foi prestado, mas, pela responsabilidade que a MCA tem, o senhor não recebeu quase nada, porque, pelo que eu estou vendo aqui, o senhor foi contratado da contratada para prestar um serviço que foi avalizado pela sua empresa, que hoje está dando essa distorção aqui de quase 380, que quase dobrou o preço da obra.

Então, eu queria só reforçar as palavras do Deputado Arnaldo Jordy. O senhor tem ideia de quanto foi o contrato da Price para gerenciar esse sistema?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não tenho a menor ideia.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Não tem ideia.

O SR. MÁRIO BORGES CASTRO ALVES - Até gostaria de saber, entendeu? Mas não tenho a menor ideia.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - A sua empresa foi só prestadora de serviço para a Price e para...?

O SR. MÁRIO BORGES CASTRO ALVES - Não, não foi para a Price. Nós fomos contratados pelo clube. Não houve a terceirização do nosso trabalho. Nós fomos contratados pelo clube e...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - E o clube passava as informações para a Price?

O SR. MÁRIO BORGES CASTRO ALVES - Isso.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O gerenciamento da obra era feito pelo clube?

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Mas o contrato da Price com o clube não era gerenciado pelo senhor também, ou acompanhado ou monitorado?

O SR. MÁRIO BORGES CASTRO ALVES - Não, não, não.

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Esse não tinha nada a ver com o senhor?



O SR. MÁRIO BORGES CASTRO ALVES - Não tinha nada comigo.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Eles só usaram as suas informações para levar para a Price, para a Price informar ao BNDES para a liberação do recurso?

O SR. MÁRIO BORGES CASTRO ALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Com a assinatura dos engenheiros da sua empresa?

O SR. MÁRIO BORGES CASTRO ALVES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Com os serviços prestados por outra empresa de engenharia? O seu engenheiro ia lá, na obra, fazia o levantamento e dizia: *“Olha, o cronograma físico é aqui, o cronograma financeiro é esse, tem que pagar isso”*. E o senhor entregava para o clube?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Entregava para o clube.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Só medição.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - O clube tinha a equipe técnica dela...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - E o clube tinha a equipe técnica dele, para avaliar o que o senhor estava fazendo?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Exatamente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Presidente, Sr. Presidente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Pois não, Sr. Relator.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Eu queria dar uma sugestão. Eu estou meio confuso com o trabalho da MCA nessa questão da Arena da Baixada. Eu queria ver se o Dr. Márcio explica, um pouco mais didaticamente para nós, da Comissão, qual é a função da MCA nisso, porque a MCA acompanha o gerenciamento da planilha e dá uma auditoria? Eu queria entender um pouco — se V.Exa. puder me dar aí uns 2 ou 3 minutos — o que é que faz a MCA no estádio Arena da Baixada, porque ela é uma auditoria que passa por uma auditoria externa. Quer dizer, eu entendo assim: ela é uma auditoria do clube, e, quando há distorção de valores, se há um planejamento de “x” milhões e são “2x”, você apenas



consultava, passava e alguém dava um parecer ou você dava esse alerta? Eu queria entender um pouco de V.Sa. como seria o procedimento didático desse contrato.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Vamos falar de empreendimentos dentro da normalidade. Vamos falar os papéis: você tem o papel da projetista bem claro, ela faz um projeto, é a engenharia do empreendimento; você tem o papel do contratante, que contrata a engenharia; você, depois, tem o papel da construtora, da instaladora e dos fornecedores de equipamento. E, para fazer toda essa engrenagem funcionar, você tem o papel da gerenciadora, que faz a gestão dessas interfaces. Então, na questão da Arena, tinha a projetista...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - A projetista era para o clube?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Como?

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - A projetista era para o clube?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - A projetista era para o clube?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Era para o clube, era terceirizada.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - E do clube?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - O clube contratou-a no mercado.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Foi o clube que terceirizou?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Contratou no mercado.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O clube contratou o projetista?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - A projetista.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Contratou o engenheiro?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Contratou uma empresa de projetos.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Para fazer.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Para fazer o projeto de arquitetura.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - E contratou a empresa para construir a obra?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Contratou...



O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O senhor serviu de... A sua empresa de consultoria foi para gerenciar essa mão de obra, esse serviço prestado?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Essas interfaces.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Com esses assuntos, o senhor pegava as informações, eles passavam as informações, o senhor assinava e encaminhava para a Price. E a Price levava o pedido de liberação do recurso via BNDES?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Vou tentar... vou chegar na Price. Com essas interfaces criadas, todos esses pacoteiros, vamos chamar assim, projetista, montadora, empreiteira, cliente... Cliente é quem? É o dono do dinheiro, o dono da obra. E essa gestão pode ser feita terceirizada ou pelo próprio dono do empreendimento. Ele pode: *“Não, eu tenho aqui uma... Eu sou formado e eu mesmo vou tocar, vou fiscalizar essa obra.”* Então, isso usa muito. No mercado aí, a gente sempre se depara com o próprio cliente fazendo a gestão. Então, você se depara muito... você encontra muitos médicos que gostam de obra. Encontra muito. No mercado, tem de tudo. Então, na questão do Atlético Paranaense, você tinha o papel da projetista, você tinha o papel das empreiteiras montadoras, das empresas de construção — e não sei precisar quantas, mas eram várias —, você tinha as montadoras, as instaladoras, e você tinha o papel... a própria equipe do clube fazia a administração das interfaces. Ele vendo que havia a necessidade de reforçar essa equipe, ele contratou um suporte técnico, um apoio no mercado, que foi a nossa empresa. Então, nós demos apoio em várias disciplinas para ele. Então, para que em tudo isso fosse dado uma chancela, que fosse dado ali uma... que fizesse uma certificação de tudo aquilo, foi contratado o papel da auditora, que é a Price. Então, é muito usual esse trabalho. Isto aí é muito usual: ter o papel da auditora, que vai referendar os gastos, referendar os aportes...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - A obra.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - ...e aí ela trabalha com as informações vindas do campo. E esse campo é da equipe, nesse caso, dos técnicos do clube, suportado pelo nosso trabalho.



O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Se houve essa distorção no valor da obra, esse aumento na construção da obra, então quem gerenciava isso era a Price. Ela tem essas informações.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Ela tem essas informações.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Ela liberava o recurso. Em cima do parecer dela é que o recurso do BNDES era liberado. Funciona assim, Sr. Presidente: o Deputado põe a emenda parlamentar para a construção de uma creche, vai para a Prefeitura ou para o Estado. O Município é responsável para entrar com a contrapartida no valor de 10% — o Município entra. Nesse caso, o BNDES deve ter colocado recurso, e o clube vai pagar, mas é recurso público. O Município faz a licitação da obra e destaca um engenheiro para fazer a fiscalização e o acompanhamento dela. Ele assina, mas, para o pagamento, tem de haver um fiscal da própria Caixa Econômica para liberar o recurso. Senão, se ele chega lá, e o fiscal falar: *“Olha, tem 50% da obra pronta”*. E o fiscal da Caixa disser que só há 25, ele não vai pagar. Para acontecer isso, tem que se estar em conjunto, ou o físico e o financeiro da obra, ou os dois engenheiros assinarem juntos e assumirem a responsabilidade que só há 50% da obra feita, por 25. E, no final, quando faltar recurso para a obra, tem que se definir.

Então, nesse caso, está muito claro. Eu vejo que a MCA foi usada, Sr. Márcio, desculpe-me, nesse sistema, para que o parecer do senhor pudesse avaliar o parecer da Price. Pelo momento da obra e a responsabilidade que o senhor tem de consultoria nessa mão de obra, nesse acompanhamento, o senhor recebeu quase nada, por mais que o montante seja grande: são 3 milhões de reais, é mais ou menos isso. Se o senhor recebeu 3 milhões de reais...

O SR. DEPUTADO MAJOR OLÍMPIO - Mas com 12 funcionários trabalhando.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Pois é. A Price recebeu isso aí. Quantos por cento, 15%, 20% do valor da obra? Porque é ela quem gerencia.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Márcio, só uma pergunta. Gosto muito das perguntas e das respostas um didáticas, para eu poder, no relatório, entender um pouco. O senhor falou que foi dividido. Houve o empreiteiro, houve o hidráulico, houve o mecânico, enfim, houve uma série de fornecedores que



se consolidavam. Quando o senhor foi contratado, imagino eu, existia uma tabela em que o serviço hidráulico iria custar “x” milhões de reais. Quando a obra foi executada, pelo que existe nos relatórios, nos dados, vamos supor que houve um acréscimo de 50%. O senhor apenas auditava e passava para o cliente, ou o senhor dava um alerta dizendo: *“Olhe, a planilha que recebi era tanto, e está dando tanto mais alguma coisa”*? Eu queria só tirar essa dúvida, se era essa a função.

Esse relatório do senhor, pelo que eu estou entendendo, ele ia para a Price, que, aí sim, dava uma validade para o dinheiro, o recurso chegar. Como disse o nosso colega, o Deputado Roberto Góes, ao falar do dinheiro da Caixa, a Caixa só libera se o fiscal der. Então, o senhor não era o fiscal. O senhor apenas mediava e passava para a Price. Aí, sim, isso era pago. Ou o senhor dizia: *“Olhe, aqui está errado. A obra não pode prosseguir”*. Eu queria só entender como era essa relação.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Nós não tínhamos a informação dos valores contratados. Não era escopo nosso participar das contratações. Nós não sabíamos. Não participávamos das negociações e não sabíamos dos valores contratados. O que nós tínhamos era os quantitativos, e nós suportávamos as auditorias da Price. Nós suportávamos. Ele usou um termo um pouco mais de validade. Nós não validávamos o relatório da Price. Nós suportávamos com informações, para ela desenvolver o próprio relatório. Nem acesso nós tínhamos ao relatório da Price.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - A sua empresa avalizava o que o clube pedia.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não. Nós fornecíamos as informações.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O clube media.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Mas, às vezes, só media.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES Não, não. O clube media; ele fiscalizava e avalizava as informações para a Price. Na verdade, ele fazia o que o clube pedia. Então, esse faturamento todo aqui, com certeza, o clube... Se foi só uma empresa que prestava serviço para o clube, e o clube tinha um gerenciamento oficial, que era a Price, então as informações eram dadas pelo que o clube pedia, de



peçoal, de serviço, de acompanhamento técnico, de medição das obras dos serviços prestados.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - É isso aí. Nós compilávamos as informações...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Na verdade, o senhor foi usado duas vezes. Foi usado pela Price e foi usado pelo clube.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Sim, mas aí nesse momento, Deputado...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O senhor, nessa história, avalizou praticamente o dobro de uma obra, e a sua empresa recebeu quase nada por isso.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não vamos entrar no mérito do valor também nessa questão, mas...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O valor que eu digo é o valor da obra. Eram 180 milhões, chegou-se a quase 400 milhões. O senhor fechou em 3 milhões a sua parte, da sua empresa de consultoria, do serviço prestado para o clube. O clube passava essas informações para a Price. A Price também recebeu o dela. Se o senhor recebeu 3 milhões, a Price recebeu muito mais do que isso.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não tenho a menor ideia. Isso foi negociado. Estava bom para mim, estava bom para eles. Então, nós tocamos o barco e tentamos ser úteis. Nós nos sentimos muitos úteis na estrutura, porque todos esses dados de campo compilados... É muito importante, num empreendimento, você ter uma análise de risco em cima do...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Na sua opinião, no seu tempo de trabalho como consultoria técnica de engenharia, de construção, dessas coisas todas, o que o senhor acha que levou a esse acréscimo do valor, de 180 milhões para quase 400 milhões? O que o senhor diz? Foi a mão de obra que aumentou? O senhor acha que foi o cimento? Foi a chuva que atrapalhou a obra? Foi o material que era importado? O que o senhor acha? Houve desvio ou não houve desvio, na sua percepção? *“Eu acho que houve desvio ou não houve.” “Eu acho que houve superfaturamento.”* Isso é para entendermos um pouco a coisa, porque, do jeito que está, a responsabilidade toda vai cair para o senhor. O senhor foi quem avalizou com o clube.



O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Eu trabalhei com o clube. Isso não nego. Nós trabalhamos junto com o clube.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O clube deu as informações que o senhor passou para o clube à Price. A Price, em cima disso, mediou o relatório como consultora do contrato, pedindo a liberação do BNDES, e o recurso foi liberado.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Mas, Deputado, eu desconheço o fato específico do Atlético Paranaense. Uma obra, ela tem... Ela é muito dinâmica. Ela é viva. Então, você tem mudança de projeto, mudança de especificação de produto. Isso acontece muito.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - E o senhor identificou no seu relatório? Há tudo no relatório?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, não.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Não identificou nada no relatório?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Isso aí não tenho certeza se aconteceu lá no Atlético Paranaense. Estou falando geral.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - O senhor foi, Sr. Márcio, alguma vez à obra, o senhor mesmo? Quantas vezes o senhor foi à obra?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Nesse período, eu devo ter ido umas quatro vezes à obra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Foi quatro vezes à obra. Mas o seu gerente foi várias vezes?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não. Eu tinha uma diretora nossa que ficava lá na obra.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Direto.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Uma diretora nossa ficava lá, participando de reuniões, participando de discussões de acompanhamento de obras...

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Essa empresa, o senhor está com ela há quantos anos, a MCA?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Nós fundamos em 2002. Está fazendo 15 anos agora.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - É um bom tempo de serviço.



O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Muita luta, Deputado. Muita luta!

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu vou passar a palavra ao Deputado Evandro Roman, lembrando que, no decorrer da nossa discussão, se mais alguma pergunta tiver que ser feita pelos nobres Deputados, a palavra estará franqueada, para que possamos dar um pouco mais de agilidade aos nossos trabalhos aqui.

Com a palavra o Deputado Evandro Roman.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Sr. Presidente, Sr. Relator da Comissão, eu sou do Estado do Paraná, e nós temos acompanhado bastante lá. Isso já passou por uma CPI na Assembleia Legislativa, mas eu diria que ela não entrou em alguns detalhes, que, aprofundando-me aqui, eu acho necessário levantar.

Então, o primeiro ponto é assim: em nenhum momento se pensou na possibilidade ou se quis avançar, fazer uma caça às bruxas, mas alguns detalhes nos deixam intrigados, porque eles acabam não batendo, à medida que o senhor vai falando, à medida que as coisas vão acontecendo, pelo conhecimento também meu lá dentro e pelo acompanhamento.

Em primeiro lugar, há uma situação: uma obra teve 112,2% de ágil, em números atualizados. A obra começou — essa é uma das primeiras perguntas — com 184,5 milhões e terminou com 391,5 milhões de reais. Isso quer dizer que foram 207 milhões a mais, dentro do que foi programado. Realmente, ela causa esse espanto.

A primeira pergunta, ou a única, e depois eu farei alguns comentários: no que consistiu diretamente essa questão da obra, levando em conta... No que consistiu esse aumento? Por que nós passamos de 184 milhões para 391,5 milhões? O que houve de tão diferente no transcorrer que fugiu da estrutura do projeto, que acabou levando a isso?

A segunda, eu diria que não queremos, assim, dentro da situação que o senhor falou, da responsabilidade que o senhor tinha, da sua empresa, palavras que eu peguei do planejamento, o enfoque que a sua empresa tinha na função... O



senhor fala também que havia um escopo estruturado de começo, meio e fim, o fim da obra. Outra situação também é que o senhor fazia aqui uma avaliação de risco. A sua empresa era responsável por fazer a avaliação de risco. E para fazer uma avaliação de risco... E a sua empresa, o senhor poderia até dizer: *“Não, mas eu fazia na questão de engenharia”*. Mas sua empresa não é da área de engenharia. Então, para haver essa avaliação de risco, tem que se ter acesso ao orçamento. Ou seja, há uma estrutura toda, o desencadear dessa questão do orçamento. Para mim fica claro, dentro da sua fala, que o senhor foi o responsável por legitimar esse resultado final dos 391,5 milhões.

O senhor foi a pessoa que atestou, dizendo: *“Olha, eu legitimo isso aqui, mediante o envolvimento do clube, do BNDES e da Price. Eu estou legitimando esse resultado e dando o parecer, dizendo o seguinte: estou de acordo”*. Isso é muito grave, é gravíssimo, porque o seu senhor chancelou, mediante suas palavras, essa sua colocação.

Nós não podemos deixar isso em hipótese alguma, até por uma explicação: eu, como um Deputado do Estado do Paraná, com um ágio de 112,2%... Eu acredito que nós temos que ter aqui uma acareação entre o clube, com um confronto de dados, envolvendo o BNDES. Ou seja, um confronto de dados com o recurso que é do BNDES. O que é de estrutura do clube não nos pertence, mas a do BNDES é dinheiro público, subsidiado e emprestado para a estrutura. Então não nos cabe competência fora disso, à sua empresa e à Price.

Eu acho que nós temos que fazer um trabalho muito bem apurado de confronto de planilhas, já que esta CPI tem autonomia para isso, e, depois, nós unimos todos os Deputados aqui, juntamente com o Relator e o Sr. Presidente, para que possam ter acesso às planilhas. Nós sentaremos como os quatro e avaliaremos, realmente, o que aconteceu com esse ágio, que deu todo esse aumento.

Eu coloco esses pontos para que nós possamos fazer uma reflexão. Eu vejo que, em muitos momentos, o senhor joga ou coloca — me perdoe o uso da expressão jogar, mas é do meio — a responsabilidade em outros: *“Olha, isso era em relação ao clube. Não, isso era em relação à empresa Price”*.

Isso nos deixa, Sr. Presidente Laudivio, na seguinte situação: eu não estou mais entendendo de quem é a responsabilidade. E para que isso possa ocorrer,



espero que nós venhamos a colocar todos. Mas faremos um requerimento para que esse cruzamento de dados numéricos seja apresentado para nós, membros da CPI, para que tenhamos acesso a isso, e, no momento em que sentarmos, poderemos, com a nossa assessoria, confrontar realmente essas planilhas.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Eu quero até aproveitar, Deputado Evandro Roman, para solicitar, então, que V.Exa. faça o requerimento, determinando a entrega a esta CPI de toda a documentação que os nobres Deputados acharem que é necessária.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Será feito.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Por favor, gostaria que V.Exa. fizesse isso. O Deputado Roberto Góes está dizendo que vai subscrever também. Eu gostaria que V.Exa. registrasse no microfone, Deputado Roberto Góes, que o subscreverá.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Eu subscrevo o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Deputado Hélio Leite, por favor, fale ao microfone. V.Exa. o subscreve?

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE - Sr. Presidente, eu quero também subscrever esse requerimento, até porque nós estamos percebendo que, em cada palavra dita ou questionada por nós, há uma questão muito grande, muito importante, que eu acho que tem que ser bem discutida e bem avaliada. Uma obra que começa com 180 milhões e termina com 391 milhões está acima do índice de 25% que a lei permite que se tenha como aditivo. Então é uma questão muito importante, e nós precisamos melhor discuti-la.

Eu quero agradecer ao Presidente, mas também quero agradecer aqui ao Deputado João Rodrigues, que me deixou usar o microfone na sua hora.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Sr. Presidente, eu posso fazer o requerimento de acareação dos quatro envolvidos no mesmo requerimento, ou são dois?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - São dois requerimentos.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Obrigado, Sr. Presidente.



O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Com a palavra o Deputado João Rodrigues.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, permita-me aqui cumprimentá-lo e saudar o Dr. Márcio Borges Castro Alves.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O Dr. Márcio veio na qualidade de convidado para participar desta sessão. Ele é Diretor-Geral da MCA Auditoria e Gerenciamento.

Já que o senhor é Diretor-Geral de uma empresa que faz auditoria e gerenciamento de uma importante obra, certamente tem conhecimento desde a concepção do financiamento até a execução da obra, mas, por obrigação, deve acompanhar a execução da obra.

A sua empresa, quando venceu a licitação para ser a empresa que faria a parte da auditoria e gerenciamento, obrigatoriamente, teria que ter conhecimento da forma como foi captado o financiamento, mesmo que tenha sido um financiamento contraído direto pelo Atlético. O senhor tem conhecimento disso? A sua empresa tem esse conhecimento? O senhor tinha esse conhecimento?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - A empresa... Nós temos esse conhecimento. Essa é a nossa especialidade.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Perfeito. Agora, *pari passu*, eu lhe pergunto, se me permite: esse financiamento foi contraído junto ao BNDES, perfeito?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Perfeito.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Qual foi o valor inicial?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Nunca tive conhecimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Mas como a sua empresa é contratada, o senhor é o Diretor-Geral... É óbvio! Com todo o respeito — eu não quero aqui agredi-lo em hipótese alguma —, como falta informação sobre um contrato que passa de 3 milhões de reais de uma obra que ultrapassou praticamente em 200 milhões o valor original? Teria que haver um pouco mais...

(Não identificado) - Duzentos e sete.



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Duzentos e sete milhões. O senhor deveria ter um pouco mais de informação no improvisado. Qualquer empresário, até o próprio motorista de táxi, quando questionado sobre quantos quilômetros tem o motor, se o pneu está careca, se ele tem pouco ou muito combustível, ele vai saber de cabeça. E, obviamente, a sua empresa, pelo que me parece... E quero que o senhor responda, das obras que a sua empresa auditou e gerenciou, não apenas a da Arena da Baixada, tem outras obras também?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Tem outras.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Quais são os outros estádios dos quais a sua empresa participou?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, não. Outros estádios, não. Nós participamos no Beira-Rio, com um escopo totalmente diferente.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Agora, me permita, Dr. Márcio: obviamente, quando a sua empresa participa dessas obras, o senhor é escolhido através do processo licitatório, mas o senhor está credenciado e capacitado.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Qualificado.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - O senhor está qualificado para isso.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Então, se a sua empresa é extremamente qualificada, essa falha grotesca não é permitida no mundo profissional, por um detalhe tão simples na informação.

Como eu lhe disse, o senhor não se lembra de cabeça do valor inicial do financiamento contraído para a execução da obra que a sua empresa auditou e gerenciou?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Deputado, já respondendo, existe uma situação que se chama limitação de escopo. Não era aberto para nós, não era escopo nosso, na contratação, tomar parte disso. Então isso é uma coisa, vamos dizer, dentro de qualquer contratação...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Quando começou a sua participação?



O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Isso é muito velado, isso é muito estratégico. Então isso fica na mão de poucos. E normalmente o cliente não abre isso.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Permita-me: então o cliente, que era o Clube Atlético Paranaense, tinha uma pessoa que administrava isso lá dentro, não tinha?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Tinha.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Quem era a pessoa?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Tinha o diretor do projeto, tinha o próprio presidente do clube.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Era a diretoria do clube que cuidava diretamente disso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Que cuidava diretamente dos assuntos relacionados ao *fundraising*, ao financiamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Então, vamos lá: a execução da obra, a captação do recurso é pelo Clube Atlético Paranaense, que, por sua vez, contrata a sua empresa para fazer a auditoria e o gerenciamento. Na auditoria e no gerenciamento, a sua empresa concordava plenamente com tudo o que eles apresentavam ou discordavam, em dado momento, dos preços dos produtos, dos insumos, da mão de obra? Porque há uma majoração aqui fora do mercado. A sua empresa concordou com absolutamente tudo, ou há relatórios de discordâncias em dados momentos da execução da obra?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Deputado, o nosso foco, o nosso escopo era na parte de campo, acompanhamento de *performance* de campo, indicadores de campo.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não era de valores?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não era de valores.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não era contratação de compra de ferro, de cimento...

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, de forma alguma.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Dessa parte a sua empresa não participava?



O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, nós não participávamos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - A sua participação era só execução, construção, colocação de todos os itens que estavam previstos no edital. É isso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - É isso. O acompanhamento dos contratos de fornecimento, entendeu? Então toda a gestão dos contratos era feita pelo próprio clube, que nos passava aquilo já de forma definida para fazer o monitoramento passo a passo de cada contrato.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Consta uma dúvida, até porque eu já tive a honra de ser Prefeito três vezes. Em toda obra pública, quando nós contratamos uma empresa para fazer a fiscalização e a auditoria, a empresa audita inclusive o produto, o preço, a qualidade, porque esse é o papel da auditoria na execução da obra. Pelo que o senhor está nos informando, aqui o escopo é diferente.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, nós não fazíamos auditoria. Nós fazíamos um apoio na gestão. Auditoria é diferente. O escopo de auditoria é totalmente diferente de um gerenciamento.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Então, a sua empresa foi contratada pelo valor de 3 milhões de reais. É isso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - No final do contrato, o somatório das medições nossas deu esse montante.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Em torno de 3 milhões. Exatamente para fazer o quê?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Apoio à gestão que o clube tinha implantado dentro do empreendimento.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Muito bem, apoio à gestão. O que é esse apoio? O que era especificamente?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Esse apoio era suprir o clube daquelas disciplinas de que ele não dispunha naquele momento. Então, um engenheiro de planejamento era o escopo nosso, um engenheiro de segurança do trabalho, um profissional da área de...



O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Os senhores disponibilizavam os profissionais de que a obra necessitava para fazer a fiscalização. Mas que fiscalização era essa? O que era fiscalizado, propriamente dito, em um valor que passa de 200 milhões de reais? Os senhores fiscalizaram o que na obra?

(Não identificado) - Trezentos milhões.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Trezentos milhões. O que foi fiscalizado?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Nós acompanhamos e fiscalizamos os contratos. Nós administramos os contratos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - De quem com quem?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Das instaladoras, das construtoras com o clube.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Os contratos eram lidos e aprovados, questionados? Os valores não faziam parte desse acompanhamento?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, não era escopo nosso.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Então, no caso, a sua empresa prestou um serviço que qualquer estagiário prestaria, porque não contesta números, não discute preços, não avalia quantitativos, não vê a qualidade do produto. Vê o quê?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Vê o desempenho, a *performance*. Você tinha indicadores de desempenho nesses contratos, que nós acompanhávamos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Qual desempenho, por exemplo?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Planejamento, metas de custo do projeto, da obra.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Mas na meta de custos havia uma fiscalização. Então a sua empresa também foi responsável pelos valores praticados na meta de custo. É isso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - As medições eram realizadas pelo próprio clube. Ele fazia as medições.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Os senhores só assinavam?



O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não, nós não assinávamos nada. Inclusive, uma palavra que... Nós não referendávamos nada. O Deputado Roman usou um termo que é até um pouco... Não era isso o que nós fazíamos. Nós não referendávamos aquilo. Nós não terminamos a obra e assumimos...

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Qual era o papel da sua empresa, então? Se não era para referendar...

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Legitimar.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Legitimar. Essa é a palavra. Nós não legitimamos nada.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Não era para legitimar?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não era para legitimar nada.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Então, em tese, o que era? Se você ganha 3 milhões para executar um determinado projeto... Mas, especificamente, o que era isso dentro do contexto? Porque serve para a Arena da Baixada e serve para o Beira-Rio, em Porto Alegre. Se o contrato é idêntico, nós estamos aqui, Sr. Presidente, com duas situações que precisam ser explicadas. E, aí, é óbvio que o Dr. Márcio...

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Os contratos não são idênticos.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - São diferenciados?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - São diferentes.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Então são dois assuntos diferenciados? Mas a Arena da Baixada eu não consegui... Os colegas entenderam? Eu não entendi. Realmente eu não compreendi.

A sua empresa ganha 3 milhões para fazer... Pelo que eu vejo... Eu estou lendo aqui na sua...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - A pergunta é: fazer o quê?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Pois é. Aí é que está.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Fazer o quê? O que a sua empresa fez?

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - A empresa tem auditoria e gerenciamento, mas não fez auditoria. Então fez gerenciamento. E gerenciamento



de obra é execução da obra, é acompanhamento, não é construir. É colocar os profissionais para fiscalizar aqueles que executam.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - As interfaces.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - As interfaces. A primeira é o alambrado, a segunda é a arquibancada, depois o gramado. Perfeito! Mas a parte do contrato do clube, do presidente, do diretor, com a compra dos insumos, isso não entrou, não?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Como é que o BNDES aprova um negócio desses? Quem fiscalizou isso?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - A parte de suprimento era do clube. Ele é que fazia toda a parte de gestão de suprimento de compras. Era do clube.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - E o senhor atestava a medição, a medição da obra?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não. A medição da obra nós fazíamos em conjunto. O clube e a nossa equipe faziam as medições desses contratos em cima das planilhas já existentes, dos contratos que já foram celebrados diretamente com o clube.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Depois eu vou abrir um aparte ao Deputado Evandro Roman, mas, se as medições ocorrem, é para efeito de pagamento, isso é para a empreiteira que executa a obra?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Sim.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Pelo que eu estou entendendo do senhor, o clube comprou os insumos, ele terceirizou a mão-de-obra, fez um arranjo bem bonito. Ou seja: *“Eu monto a barraquinha do lado do estádio, vou comprando, e chega caminhão de areia, caminhão de cimento, caminhão de azulejo, chega caminhão de ferro, chega caminhão de cimento, caminhão de brita. Quer dizer, eu vou administrando por conta”*.

O clube executou a obra. E o gerenciamento, que seria da sua empresa, as medições que permitiam o pagamento... Então, não houve documento constando,



comprovando: “Olhe, foi medido tanto, foram executados tantos milhões. Está o.k., a medição está aqui, pode pagar”.

A sua empresa não fez esse serviço?

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Não fizemos esse serviço.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Permita-me, Sr. Presidente, passar um aparte ao amigo Deputado Evandro Roman. Eu aqui vou encerrar.

Com todo o respeito ao Dr. Márcio, eu creio que ao amigo talvez falte um pouco de informação. Não vou, em hipótese alguma, sugerir ou induzir. O senhor era diretor da empresa, mas, perdoe-me, eu não entendi absolutamente nada do que sua empresa fez na Arena da Baixada, nessa obra. Certamente, não será o senhor, não. Eu acho que a diretoria do Atlético Paranaense vai ter um servicinho danado para poder conseguir explicar o que fizeram e de que forma fizeram esta mágica, que eu não conheço na forma legal, dentro do que permite a legislação brasileira de execução de obra.

Deputado Evandro Roman.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Eu só não entendi até agora o que a sua empresa realmente fez. Eu não consegui entender. Os senhores entenderam? *(Pausa.)*

Eu não consegui entender até agora.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - É difícil, Sr. Márcio, mas é que nós estamos na função que nos cabe e não nos causa nenhum pouco de prazer. Porém, é uma situação assim: a sua empresa é de auditoria e gerenciamento. Então, nessa linha de auditoria e gerenciamento, eu já tenho uma noção daquilo com que o senhor e a sua empresa trabalham. Se ela não gerencia custo, se ela não gerencia escopo e se ela não gerenciava tempo, há duas situações. E, se o senhor não legitimou, dentro dessa estrutura, tempo, escopo e custo, se a sua empresa não assinou nada, eu lhe pergunto: por que o senhor estar aqui?

Sr. Presidente, esse senhor não pode estar aqui, ele não teria por que estar aqui. Até para que eu tenha um entendimento, dentro de uma situação, se não houve essa ação de estar envolvido com isso daqui, ou nós cometemos um grande equívoco de convocá-lo; ou, em alguma coisa, de repente — desculpe-me a expressão —, talvez esteja faltando com a verdade.



Então, há duas situações. Uma é a de que nós podemos estar 100% errados dentro da aprovação. Se não há gerenciamento de custo, tempo e escopo, eu queria ter esse entendimento, que deve ser bem dentro dessa linha.

E o senhor não precisa nem me responder agora, até para não lhe constranger — não é meu objetivo. Mas, lá na frente, nessa acareação, nós vamos ter que entender a função de cada uma, repito, dentro dos recursos do que é público. Não queremos nos envolver no que é privado. Por recurso público entenda-se BNDES.

Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Só para lembrar aos nobres Deputados que o Sr. Márcio Borges Castro Alves está aqui sob juramento, como testemunha, e ele pode ser responsabilizado se faltar com a verdade.

Passo a palavra ao Deputado Hélio Leite.

O SR. DEPUTADO HÉLIO LEITE - Sr. Presidente, eu fico observando o Sr. Márcio, observando o que está sendo dito aqui por ele e perguntado. E me chamou a atenção uma questão: ele sabia previamente que viria a esta Comissão e sabia que teria de vir falar sobre a empresa dele, sobre o contrato que ele gerenciou, de que ele fez parte, e ele vem com quase nada de informações.

Com o devido respeito, mas é muito estranho um diretor de uma empresa, que gerencia uma empresa com 400 profissionais, que é convidado há mais de 15 dias para vir a uma sessão, vir aqui sem nada para afirmar ou para colocar de posicionamento. É muito estranho. Ele me deixa aqui perplexo, porque não sei o que a empresa dele fez. Agora, eu sei que ela recebeu 3 milhões e 200 mil. Ela passou de 908 mil, em 17 meses ou 15 meses, para 3 milhões e 200 mil. É evidente que ela teve muito trabalho, porque conseguiu passar do percentual que a lei permite.

Eu acho que este é um momento em que nós temos de refletir e avançar cada vez mais. E eu quero comungar com a postura dos Deputados que me antecederam. É preciso que nós possamos aqui ter esclarecimentos muito mais evidentes. Eu saio daqui sem nenhum esclarecimento e com dúvidas até do que nós estamos fazendo aqui nesta reunião hoje.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Nobres Deputados, eu quero lembrar que o Sr. Fernando Márcio Queiroz, Presidente da Via Engenharia



S.A., também deveria estar presente. Comunicou, explicou a sua ausência, através de um documento encaminhado à CPI, mas ele terá que vir aqui. E eu pergunto aos Srs. Deputados se, na vinda dele, também deveríamos trazer e convidar novamente o Sr. Márcio Borges Castro Alves.

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - A Via Engenharia? A Via Engenharia foi a empresa construtora da Arena.

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Sr. Presidente, dispense. Nós já tivemos as informações. Isso é somente para o momento da acareação, se aprovado o requerimento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - Então, podemos fazer em separado?

O SR. DEPUTADO EVANDRO ROMAN - Acredito que sim, a meu ver, a não ser que o Relator tenha uma visão diferente.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Sr. Presidente, eu queria dar uma sugestão. Eu queria ver se o Dr. Márcio Borges...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudivio Carvalho) - O requerimento de acareação será apresentado ainda pelo Deputado Evandro Roman.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR. - Acareação com quem? Eu estava fora.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Só 1 minuto, Deputado Mário Negromonte Jr.

O que eu queria sugerir? O Dr. Márcio se prestou a mandar as planilhas, se eu não me engano.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Eu gostaria.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Para nós, era muito importante a chegada dessa planilha. E, aí sim, com essa planilha em mãos, poderemos trazer o Dr. Fernando Queiroz para esclarecer, para termos tempo de fazer as perguntas em cima das planilhas. Eu queria saber se os colegas concordam. *(Pausa.)*

E eu pediria ao Dr. Márcio que a mandasse o mais rápido possível e se colocasse à disposição para algumas dúvidas sobre essa planilha. Então, é esse o



pedido. Eu acho que, sendo assim, não é necessária a vinda do Dr. Márcio com o Dr. Fernando Queiroz.

Deputado Mário Negromonte Jr., vai ser apresentado um requerimento de acareação com o BNDES, com a Price.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR. - A Price também.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - É, junto.

Então, eu sugiro ao Presidente que o depoente mande o mais rápido possível. E vamos trabalhar para poder, aí sim, fazer as perguntas ao Dr. Fernando.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Sr. Presidente, questão de ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Apenas quero informar que, a partir do momento da apresentação do requerimento, o depoente tem 10 dias para entregar toda a documentação — 10 dias.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Questão de ordem. Eu faço uma solicitação, Dr. Márcio.

O senhor já percebeu que se está entrando no meio de uma espiral. Então, o ideal seria que o senhor se antecipasse, que mandasse os documentos antecipadamente. Quem sabe já evita até a sua nova convocação.

Eu não quero aqui fazer nem o papel de defesa nem o de acusação, mas talvez muitas das informações careçam de uma pesquisa maior da sua parte para poder trazer detalhes que talvez o senhor mentalmente não tenha trazido, até porque muitas vezes nós mesmos também nos perdemos na informação. Então, essa sugestão é para deixar o senhor extremamente à vontade e ver o seu gesto de vontade de contribuir com isso e de se antecipar. Se tem 10 dias, faça em 5 dias. Isso já demonstra a boa vontade em ajudar.

Eu concordo plenamente com o nobre colega. Antes que façamos aqui não um teatro, mas um passar a limpo, com profundidade, vamos dar oportunidade às partes.

E, na primeira parte, Dr. Márcio, seria importantíssimo o senhor antecipar de 10 dias para 5 dias. Traga a documentação, analisa o Deputado Fernando, e, caso permaneça a dúvida, concordo plenamente com o Deputado Evandro Roman sobre o ofício, que eu também quero subscrever.



Em um segundo momento, faremos uma acareação, se necessário for. Caso contrário, será um por vez, até porque, pelo que vejo aqui, são dois assuntos importantes. Mas quem tem que prestar muita informação mesmo é o contratante, e o contratante aqui é o Atlético Paranaense. Ele realmente tem que prestar muita informação.

O SR. DEPUTADO FERNANDO MONTEIRO - Deputado Mário Negromonte Jr., eu só me esqueci de dizer que, nesse requerimento de acareação, estaria também a diretoria do Clube Atlético Paranaense.

O SR. DEPUTADO ROBERTO GÓES - Sr. Presidente, só quero reforçar o que foi dito pelo Deputado e pelo nosso Relator. Na verdade, o que nós percebemos, nesta reunião de hoje, é que, do serviço prestado pelo Sr. Márcio, ele foi o que menos recebeu.

Então, o senhor prestou o serviço e talvez não tenha a dimensão dessa questão dos valores que foram pagos na obra, que saiu de 180 milhões para quase 400 milhões de reais. E o senhor foi o que menos recebeu. Então, é importante, já reforçando o que o Relator disse, que o senhor encaminhe as informações que tem. E as que o senhor não tiver, a CPI vai ter o momento certo para buscar.

No mais, quero agradecer ao senhor pela sua presença aqui, pela tranquilidade. Espero que o senhor continue a sua vida trabalhando. Um abraço!

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Deputado, eu é que agradeço a oportunidade. Espero contribuir. Espero, da próxima vez, se eu tiver oportunidade, ter um melhor desempenho. Deputados, lamento frustrá-los com algumas informações, porque, no mesmo juramento que eu fiz para dizer a verdade, também jurei falar o que eu sei. Falar o que não sei, eu não posso. Trouxe até a Dra. Mariana para ver se dava algum suporte. Ela também está no mesmo... Nós estamos...

(Intervenção fora do microfone. Inaudível.)

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR. - Sr. Presidente, só uma questão de ordem.

Mais do que antecipar essas informações, é importante nós temos essas informações, não importa se enviadas 5 dias antes, 3 dias, 4 dias, 6 dias. O importante é que as informações cheguem; que a sua assessoria, a sua empresa



possa buscá-las e que essas informações possam chegar, independentemente do prazo de 5 dias.

Como advogado, eu sei que existe um prazo. E, se o prazo estabelecido é de 10 dias, que isso seja cumprido dentro do prazo. Não precisa se antecipar, contanto que entregue.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Com certeza.

O SR. DEPUTADO MÁRIO NEGROMONTE JR. - É nisso que acredito.

O SR. DEPUTADO JOÃO RODRIGUES - Eu só quero contradizer o nobre colega. Eu sei que o prazo é de até 10 dias, mas nós também poderíamos fazer uma acareação por ofício. Nós estamos evitando fazer aquilo que não precisaria ser feito. Nós percebemos, no Dr. Márcio, a boa vontade, o estímulo.

Na vida pública, percebe-se que, quando o sujeito quer ajudar, ele antecipa as datas, porque não tem nada a esconder. Não que tenha a esconder se vier na data limite, não significa isso. O que nós queremos evitar realmente é isto, o constrangimento de uma acareação que pode ser desnecessária, como pode ser extremamente necessária.

De qualquer maneira, esse é o prazo que o senhor tem, a lei lhe ampara isso.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Muito obrigado, Deputado. Nós vamos sair daqui e imediatamente vamos começar a preparar isso aí. Como é normalmente? A CPI faz um ofício para nós pedindo esses documentos?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - O requerimento será feito.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Laudívio Carvalho) - Não havendo mais inscritos para a inquirição, eu dispenso a testemunha, o Sr. Márcio Borges Castro Alves.

Nada mais havendo a tratar, encerrarei a presente reunião, antes convocando este colegiado para reunião amanhã, dia 6 de julho, às 14h30min, em plenário a ser definido, para a deliberação de requerimentos constantes na pauta.

Uma boa tarde a todos os senhores.

O SR. MÁRCIO BORGES CASTRO ALVES - Boa tarde, senhores.